

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDRÉ MAGALHÃES BONANÇA CORRÊA

O conceito de expectativa no pensamento macroeconômico

CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDRÉ MAGALHÃES BONANÇA CORRÊA

O conceito de expectativa no pensamento macroeconômico

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Paraná para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Professor Fernando Motta Correia.

CURITIBA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ MAGALHÃES BONANÇA CORRÊA

O conceito de expectativa no pensamento macroeconômico

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Economista no curso de graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Fernando Motta Correia
Orientador - Departamento de Ciências Econômicas - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.

Prof. José Guilherme Silva Vieira
Departamento de Ciências Econômicas - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.

Prof. Eduardo Angeli
Departamento de Ciências Econômicas - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.

Curitiba,

2014

AGRADECIMENTOS

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador Fernando Motta Correia, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional nos momentos que mais precisei.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A Proposta deste trabalho é apresentar as doutrinas de pensamento macroeconômico com relação às expectativas dos agentes econômicos, estabelecer as diferenças que essas doutrinas possuem no seu modo de pensar sobre o processo gerador de expectativa de tais agentes e chegar à uma conclusão sobre quais destas correntes adequa-se melhor à realidade.

Para os Pensadores Clássicos e Novos Clássicos, os agentes por si só chegariam aos níveis de produto e emprego de equilíbrio, não necessitando de políticas econômicas que pudessem auxiliá-los na condição de pleno emprego. Estes resultados são contrários aos de Keynesianos da Síntese neoclássica e monetaristas, os quais acreditavam que os agentes econômicos seriam influenciados pelo nível de preços passados, e assim determinariam o nível de preços esperados. Estes poderiam estar de acordo ou não com o nível de preços correntes (efetivamente praticados).

Palavras chave: expectativas, macroeconomia, pensamento econômico.

ABSTRACT

The proposal of this work is to present the macroeconomic thought doctrines regarding the expectations of economic agents and establish the differences that these doctrines have in your way of thinking about the generating process of expectation of such agents.

For Thinkers Classics and New Classics, agents alone would reach the levels of output and employment equilibrium, without the need for economic policies that could assist them in condition of full employment. These results are contrary to those of Keynesians and monetarists, who believed that economic agents would be influenced by past price level, and thus determine the expected price level. These could be in agreement or not with the current price level (effectively practiced).

Key words: expectations, macroeconomics, economic thought.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. O pensamento clássico: a hipótese de informação perfeita	10
3. Keynesianos da Síntese Neoclássica e Monetaristas: a expectativa adaptativa...	15
4. Novos Clássicos e a revolução das expectativas racionais.....	20
5. Conclusão	24
Referências	25

1. Introdução

O comportamento dos agentes econômicos em relação ao nível de atividade econômica foi um tema bastante discutido entre as correntes de pensamento macroeconômico. Clássicos, monetaristas, keynesianos da Síntese neoclássica e novos Clássicos tinham hipóteses diferentes quanto à formação das expectativas desses agentes à cerca das variáveis macroeconômicas que os cercavam.

O ponto em comum entre os pensadores é a de que as expectativas são formadas no mercado de trabalho, no qual ofertantes e demandantes de mão de obra determinam as variáveis reais na economia, sendo essas variáveis o produto e o emprego. O salário real (formado pela relação entre o salário nominal e o nível de preços), que determina o poder de compra dos trabalhadores, é a variável econômica mais importante para a composição do pensamento desses agentes.

A importância da identificação do conceito de expectativa, a luz das diferentes correntes de pensamento macroeconômico, reside nos efeitos que as políticas econômicas (monetária e fiscal), defendidas por alguns dos pensadores macroeconômicos, promovem efeitos distintos nas variáveis reais, a depender da hipótese de expectativa que está sendo utilizada. Vale destacar as discussões entre as correntes de pensamento macroeconômicas no sentido de que a identificação da hipótese de expectativa é não apenas necessária para a determinação das variáveis reais na economia, mas também relevantes para os agentes na decisão destes quanto à alocação dos fatores produtivos.

Os pensadores clássicos prescreviam os agentes como estes sendo portadores de informação perfeita. Segundo eles, os agentes econômicos eram perfeitamente flexíveis aos níveis de preços e salários nominais e conseguiriam estabilizar a economia no curto e no longo prazo. Monetaristas e Keynesianos da síntese neoclássica discordavam dessa análise clássica. Eles consideravam que os agentes se baseavam em informações passadas e que utilizavam essas informações para prever níveis esperados de preços. Caso esses níveis esperados

fossem diferentes dos níveis reais, os agentes realocariam os níveis de produto e emprego. Esse reajuste, porém, só se confirmaria no longo prazo, pois os agentes se adaptavam muito lentamente às mudanças na economia. No curto prazo, os níveis de produto e emprego poderiam variar. À esta adaptação tardia dos agentes, observada por monetaristas e keynesianos da síntese neoclássica, originou-se o conceito de expectativas adaptativas. Os economistas novos clássicos questionaram esta suposição de monetaristas e keynesianos da síntese neoclássica, introduzindo o conceito de expectativas racionais dos agentes. De acordo com os pensadores novos clássicos, os agentes reuniam todas as informações disponíveis em uma economia para preverem o comportamento de uma variável qualquer que eles quisessem determinar. Essa teoria do comportamento racional dos agentes era uma reformulação à teoria da perfeita informação, proposta pelos clássicos. Os novos clássicos discordavam dos pensadores clássicos quanto a capacidade dos agentes em definir o nível de atividade econômica caso algum efeito imprevisto surgisse na economia.

O Objetivo deste trabalho consiste em apresentar as doutrinas de pensamento macroeconômico com relação às expectativas dos agentes econômicos, estabelecer as diferenças que essas doutrinas possuem no seu modo de pensar sobre o processo gerador de expectativa de tais agentes e chegar à uma conclusão sobre quais destas correntes adequa-se melhor à realidade

Para tanto, além desta introdução, foram elaborados três capítulos e uma conclusão, estruturados da seguinte forma: o primeiro capítulo irá tratar da visão dos pensadores clássicos à respeito da determinação dos níveis de produto e emprego de equilíbrio, buscando compreender a ação dos agentes para a determinação destas variáveis reais. O segundo capítulo fará uma análise das visões de monetaristas e keynesianos da Síntese neoclássica sobre a formação das expectativas dos agentes em um cenário econômico inflacionário procurando comparar estas opiniões com as dos pensadores clássicos. Apesar dessas visões serem semelhantes entre essas correntes teóricas macroeconômicas, é importante destacar que keynesianos da síntese neoclássica e monetaristas possuem opiniões diferentes sobre a eficácia das políticas econômicas. Os keynesianos da Síntese neoclássica acreditam que o uso da política monetária é pouco eficaz, dado que um uso exacerbado desta política poderia levar à armadilha da liquidez. Eles eram a favor da adoção de uma política fiscal para a regulação da economia. Os

monetaristas, por sua vez, consideravam que a política fiscal só era efetiva caso fosse acompanhada por uma política monetária. Variáveis nominais como renda nominal e nível de preços eram determinados por fatores exclusivamente monetários, e não fiscais. O terceiro capítulo estabelece a percepção novo clássica à respeito das expectativas dos agentes e relaciona não só as divergências entre eles e os demais pensadores macroeconômicos, mas também busca questionar a necessidade de uso de políticas econômicas. Por fim, a conclusão irá sintetizar às hipóteses do conceito de expectativa das quatro correntes de pensamento macroeconômico.

2. O pensamento clássico: a hipótese de informação perfeita

Os mecanismos de auto-ajuste constituem o modo de pensar dos clássicos. A determinação da oferta agregada e da demanda agregada deriva desse pensamento. A primeira é determinada no mercado de trabalho (na relação direta entre firmas e trabalhadores); já a segunda, pela oferta de moeda, que implicitamente, determina a demanda por bens e serviços na economia. Segundo Fisher (1922) no que tange a oferta de moeda deve-se levar em conta a equação de trocas, a qual servia para dar ênfase à relação existente entre a oferta de moeda e o nível de preços.

A oferta e a demanda no sistema clássico, associadas aos mecanismos de auto-ajuste, são os fatores que ajudam a compreender a hipótese de informação perfeita.

A curva de Oferta Agregada Clássica é determinada a partir da Função de Produção Agregada, na demanda por trabalho pelas firmas, e no trade-off entre trabalho e lazer (por parte dos trabalhadores). A Função de Produção clássica fixa o capital no curto prazo, tendo como única variável relevante, a mão de obra empregada. À medida que a produção aumenta, de acordo com o aumento da utilização da mão de obra empregada, o produto marginal do trabalho tende a decrescer, pois para dado nível de capital, um aumento no número de trabalhadores dentro da firma tende a reduzir a produtividade da mesma. Essa redução se dará até o ponto em que qualquer adição à mais de trabalho ao produto, prejudica a produção das firmas. Estas são perfeitamente competitivas no modelo clássico e irão produzir até o ponto em que o custo marginal da produção seja igual a receita marginal (preço do produto) recebida pela venda de seus produtos. Dado a suposição clássica de que o capital no curto prazo não se altera, o custo marginal de cada unidade adicional da produção é o custo marginal do trabalho. Este será igual ao salário monetário dividido pelo número de unidades produzidas por unidade adicional de mão de obra (que é o produto marginal do trabalho):

$$CMg = W / PMgN$$

Onde:

CMg= Custo marginal do Trabalho

W = Salário nominal

$PMgN$ = Produto Marginal do Trabalho

A condição de maximização do lucro no curto prazo é:

$$P = CMg_i = W / PMgN_i$$

Onde:

P = Nível de preços

Alternativamente, pode ser escrita como:

$$W/P = PMgN_i$$

A demanda da firma por trabalho se dará pela relação entre a quantidade de trabalhadores empregados e o salário real destes. Se o salário real for maior do que o produto marginal do trabalho, as firmas irão reduzir o número de trabalhadores, pois o custo marginal excede a receita. Caso Contrário, as firmas irão aumentar o número de trabalhadores, dado que as mesmas se encontram com ineficiência produtiva (o número de trabalhadores que elas possuem está abaixo do que conseguem suportar) e, portanto, irão aumentar a mão-de-obra para elevar os seus lucros. Estes ajustes só irão cessar quando o salário real for igual ao produto marginal do trabalho. Pode-se concluir, portanto, que a demanda por trabalho das firmas é igual ao produto marginal do trabalho.

Com relação à oferta de trabalho, esta é determinada pelos trabalhadores, mediante o trade-off entre trabalho e lazer dos mesmos. De acordo com os clássicos, os indivíduos procuram maximizar a sua satisfação, a qual depende positivamente da renda real (salário real por hora vezes o número de horas trabalhadas pelo indivíduo) e do lazer. Essa relação é mostrada nas curvas de indiferença e na linha orçamentária dos indivíduos. As curvas de indiferença mostram a relação entre renda e lazer dos indivíduos. Qualquer ponto que esteja sobre essa curva, os indivíduos são indiferentes em relação à sua satisfação entre renda real e lazer, proporcionalmente. As linhas orçamentárias mostram a troca de lazer por trabalho que os trabalhadores podem vir à realizar à uma taxa igual ao salário real por hora. Este é a inclinação da linha orçamentária. Para níveis cada vez

maiores de salário real, a troca de lazer por trabalho pelos indivíduos acarretará em acréscimos maiores à renda real.

Os indivíduos irão decidir sobre a sua oferta de trabalho quando escolherem o ponto aonde a sua linha orçamentária seja tangente à sua curva de indiferença, pois a taxa à qual o indivíduo pode trocar lazer por renda é exatamente igual à taxa a qual ele está disposto a fazer essa troca, e assim sendo, eles maximizam a sua satisfação.

Das relações Função de produção agregada, Demanda da Firma por trabalho e Oferta de trabalho, pode-se determinar o produto e emprego de equilíbrio clássico. Para que isso aconteça é necessário que a oferta de trabalho agregada (Soma horizontal das curvas de oferta de trabalho individuais) seja igual a demanda das firmas por trabalho (Soma horizontal das curvas de demanda das firmas individuais. As variáveis exógenas à esse modelo clássico determinam as posições das curvas de oferta e demanda agregadas por trabalho (bem como a posição da função produção agregada). Esta, por exemplo, pode ter seu posicionamento alterado por meio de uma mudança tecnológica (a qual tem impacto sobre a quantidade de produtos que podem ser obtidos dado o nível de capital da empresa, que no curto prazo é fixo para os clássicos). Esta mudança na capacidade produtiva irá modificar a demanda das firmas por trabalho. O Crescimento Populacional, as preferências dos indivíduos (em termos de trade-off lazer trabalho) e o preço dos produtos e serviços, por exemplo, também incidem sobre a oferta de trabalho.

Percebe-se pela análise em questão, assim como as análises anteriormente citadas, que as variáveis que determinam a produção e o emprego no modelo clássico afetam o lado da oferta (exclusivamente), ou seja, a quantidade que as firmas escolhem produzir.

Para melhor compreensão das afirmações acima descritas, faz-se necessário abrir o modelo.

Dado os níveis de salário nominal (W), preço (P) e emprego (N) a oferta e a demanda por trabalho pode mudar de acordo com os aumentos ou com as diminuições dos salários reais dos trabalhadores (os salários nominais são determinados endógenamente e os preços exógenamente). À medida em que os

preços aumentam, a curva de oferta de trabalho tende à se deslocar cada vez mais à esquerda, e a curva de demanda por trabalho, à direita. Essas mudanças de posições das curvas causadas pelos níveis de preço mostram como as firmas e os trabalhadores são interessados pelo salário real. Quanto menor ele for, maior será a demanda pelas firmas por trabalhadores e menor será a oferta de trabalho, e vice-versa. Essa constatação ajuda a desenvolver a função oferta agregada, a qual deixa clara a natureza de determinação pela oferta do produto e do emprego no modelo clássico.

A Curva de Oferta Agregada está relacionada a produção das firmas para níveis diferentes de preços. Sabe-se que as firmas irão maximizar o seu lucro quando o produto marginal for igual ao salário real, ou seja:

$$PMgNi = W/P$$

Para uma dada variação de preços, na hipótese de perfeita flexibilidade de preços, com salário monetário constante, as firmas irão demandar mais trabalho, pois o salário real está mais baixo e com isso elas procuram aumentar o emprego e a produção em sua fábrica. Os trabalhadores, por sua vez, irão reduzir a sua oferta de trabalho, pois com o salário real mais baixo, eles terão menor poder de compra sobre produtos e serviços. Essa situação ocasionará um excesso de demanda por parte das firmas. Estas, para compensar esse excesso, aumentam o salário nominal para tentar atrair mais trabalhadores. Esse aumento se cessará quando o poder de compra que os trabalhadores tinham antes da mudança de preço for igual ao que eles terão após a mudança. Logo, a oferta agregada e o emprego de equilíbrio que se tinha antes das alterações irão continuar os mesmos após as alterações. Conclui-se, portanto, que a oferta agregada no modelo clássico é fixa, independentemente do nível de preços vigente na economia.

Existem ainda os fatores que, segundo os pensadores clássicos, não tem nenhum efeito sobre o produto, como a quantidade de moeda, por exemplo. Esta determina o nível de preço na economia. Essa relação pode ser melhor demonstrada através da equação abaixo:

$$MV = PY$$

Onde M é o estoque de moeda na economia (determinado exogenamente, através das autoridades monetárias), V é a velocidade de circulação da moeda (o número de vezes em que cada unidade monetária disponível na economia é utilizada em transações em um certo período), P o nível de preço e Y a oferta agregada. Por suposição dos economistas clássicos, a velocidade de circulação da moeda é determinada por fatores institucionais e pode ser considerada como fixa no curto prazo. A oferta agregada, como já visto, também é fixa. Portanto, qualquer variação no estoque de moeda terá um efeito sobre o nível de preços. Se o estoque de moeda duplicar, haverá um excesso de oferta de moeda em relação à demanda por moeda. Os indivíduos tentarão manter a sua demanda por moeda constante, canalizando o excesso de moeda para consumo e investimentos. O aumento da demanda por bens e serviços faz com que os preços se elevem (dado que a oferta não se altera). Essa elevação será finalizada quando o nível de preços duplicarem. Importante destacar que a dinâmica de todo o sistema clássico leva em consideração a chamada lei de Say, a qual afirma que a oferta cria sua própria demanda. Segundo Mill (1967), a produção de uma determinada quantidade de produtos geraria demanda suficiente para esses mesmos produtos.

Percebe-se pelo demonstrado que uma alteração do estoque de moeda nada modifica o nível do produto na economia, mas apenas os níveis de preços.

Em suma, pode-se perceber que para os pensadores clássicos, a economia tende ao equilíbrio sempre. Este fato está associado a ideia de que os agentes econômicos têm perfeita informação sobre todas as variáveis econômicas e que estas são perfeitamente flexíveis. Desse modo, a economia trabalha de maneira ótima, realocando os recursos de maneira precisa e eficiente.

3. Keynesianos da Síntese neoclássica e Monetaristas: a expectativa adaptativa

O Sistema Monetarista tem grande influência do Sistema Clássico no que concerne à determinação do produto e do emprego na economia. Os Monetaristas viam a moeda como determinante do nível de flutuação econômica de um país. No curto prazo, ela teria efeito nas flutuações do produto e do emprego. No longo prazo, os efeitos seriam sentidos nos preços e em outras magnitudes nominais. A base que sustenta estas afirmações é a teoria da taxa de desemprego natural de Friedman.

Segundo Friedman, a estabilidade no comportamento do estoque de moeda teria um grande efeito para a obtenção da estabilidade das variáveis reais e nominais. De acordo com ele, as autoridades monetárias deveriam fazer todo o possível para evitar oscilações dessas variáveis, adotando, publicamente, uma determinada taxa de crescimento sobre um determinado estoque monetário.

A taxa de desemprego natural relaciona o nível de emprego ótimo com o produto associado à este nível. Este nível de emprego ótimo é determinado pelo salário real de equilíbrio, o qual será satisfeito mediante a igualdade entre a oferta e demanda por mão de obra¹.

Embora se perceba uma proximidade entre monetaristas e clássicos, há uma diferença entre eles está no quesito “flexibilidade dos fatores de produção”. Os monetaristas afirmavam que os trabalhadores não possuíam perfeita informação sobre o salário real (o nível de preços praticados na economia e o nível de preços esperados pelos ofertantes de mão de obra poderiam ser diferentes). Isto poderia mudar a oferta de mão de obra, pois a partir do momento em que os trabalhadores percebessem que o seu nível esperado de preços fosse diferente do nível praticado, eles iriam realocar a sua força de trabalho para um certo salário monetário que lhes permitissem igual poder de compra ao que “achavam” que possuíam quando o nível de preços esperados por eles era o “correto”. Este comportamento dos trabalhadores é melhor visualizado na curva de Phillips, a qual serviu de base para os pensadores monetaristas na definição do produto e do emprego na economia.

¹ A teoria da taxa natural de desemprego também foi desenvolvida de forma independente por Edmund Phelps, da Columbia University (1970).

Segundo a curva de Phillips existe um trade-off existente entre inflação e desemprego, afirma que taxas mais baixas de desemprego podem ser obtidas, ao custo de taxas de inflação mais altas.

Para efeitos de demonstração do trade-off da curva de Phillips, irá se supor que a taxa de crescimento do estoque de moeda (definida pelo Banco Central) aumente de 5% para 10% e que, com isso, ela passe a crescer em um nível desigual com a taxa de crescimento do produto real. Isto ocasionará um aumento na demanda agregada, o qual provocará um aumento da produção, que, por sua vez, irá diminuir o desemprego. Além disso, esse aumento na demanda irá se refletir no nível de preços (ocasionando o aumento deste).

De acordo com os monetaristas, o aumento dos preços se dará de forma mais rápida nos produtos do que nos fatores de produção (mais especificamente, nos trabalhadores). Essa diferença de velocidade de ajuste deve-se ao fato, conforme explicitado anteriormente, do comportamento dos trabalhadores quanto ao seu conhecimento sobre o nível de preços na economia. Se a economia vem mantendo um nível de preços praticamente constante ao longo de um certo período de tempo, os trabalhadores irão sempre esperar que esse nível de preços permaneça o mesmo.

Quando há uma mudança nos preços, os trabalhadores não se adequarão imediatamente à esta modificação. Se as firmas lhes oferecessem salários monetários maiores, eles irão aumentar a sua oferta de trabalho (pois o seu poder de compra aumentaria, dado que este está sendo determinado pelo salário monetário "real" e pelo nível de preços esperado pelos trabalhadores, mesmo que este nível esteja "errado"). As firmas, tendo o conhecimento da queda do salário real "atual", irão aumentar a sua demanda por trabalho, oferecendo aos trabalhadores salários nominais maiores, porém estes proporcionarão um poder de compra menor quando comparados ao nível praticado anteriormente, ou seja, o salário real anterior ao ajustamento de preços será maior do que o efetivamente praticado. Com esse salário real menor e com a ilusão dos trabalhadores do aumento do seu salário real esperado, as firmas conseguem expandir a produção e o emprego.

Entretanto, essa situação não se perpetuará ao longo do tempo. Chegará um momento em que os trabalhadores irão se conscientizar do nível de preços

realmente praticados e irão exigir que as firmas lhes forneçam um salário monetário tal que lhes deem o mesmo poder de compra que possuíam antes do ajuste dos preços. As firmas aumentarão assim o salário monetário, o que reduzirá a demanda por trabalho das mesmas. Os trabalhadores, por sua vez, irão aumentar a sua oferta de trabalho. Este ajuste se dará até o ponto em que o salário real seja igual a oferta e demanda por trabalho. Nota-se que esse salário será o mesmo que o praticado anteriormente (isto é, antes do aumento do nível de preços). Além disso, a taxa de desemprego voltou a seu patamar original, dado que esta tinha um valor determinado antes da alteração dos preços reais, diminuiu com o posterior aumento destes e após a reação dos trabalhadores, voltou ao seu nível ótimo (à sua taxa natural).

Entretanto, há uma diferença no salário real atual e o anterior no que se refere ao contexto econômico. Apesar de serem os mesmos (terem o mesmo poder de compra), o salário real atual está em um cenário onde o nível de inflação é maior. Caso o formulador de políticas econômicas não estivesse satisfeito com o retorno da taxa de desemprego natural e desejasse aumentar a taxa de crescimento do estoque de moeda de 10% para 15% (por exemplo) visando uma redução ainda maior do desemprego, de nada adiantaria, pois a economia reagiria da mesma forma conforme já explicitado. É possível perceber, portanto que, no longo prazo, a taxa de desemprego terá uma tendência de permanecer sempre a mesma e o nível de inflação sempre tenderá à subir, à medida em que políticas monetárias expansionistas sejam adotadas de maneira mais intensiva.

De maneira similar, quando a economia vem apresentando uma inflação cada vez maior ao longo do tempo, isso acaba gerando uma expectativa inflacionária esperada por parte dos trabalhadores. Se os formuladores de política econômica resolvessem combater à inflação por meio de políticas monetárias restritivas (redução da taxa de crescimento do estoque de moeda), a demanda agregada iria diminuir, levando à queda na produção, no emprego e nos preços. Nesse processo, as firmas reduziram a sua demanda por trabalho, diminuindo o salário monetário pago aos trabalhadores até o ponto em que o salário real “atual” fosse igual ao “anterior” à queda de preços. Como os trabalhadores ainda não sabem que o nível de preços diminuiu (dado as suas expectativas inflacionárias) eles ofertarão menos trabalho às firmas, inicialmente. Posteriormente, sabendo que o nível de preços de

fato foi reduzido, os trabalhadores aumentarão a sua oferta de trabalho, restaurando o nível de emprego inicial antes do declínio dos preços. Assim, a economia voltaria a ter a sua taxa de desemprego natural, porém com uma inflação mais baixa. A adoção de Políticas monetárias cada vez mais restritivas iria provocar, no longo prazo, diminuições cada vez maiores no nível de inflação, além de fazer com que a taxa de desemprego tendesse a permanecer fixa em seu nível natural.

Os Keynesianos da Síntese neoclássica compartilham determinadas hipóteses em relação a visão dos monetaristas, sobretudo no tocante ao conceito de expectativas, concordam que o comportamento dos trabalhadores quanto ao nível de preços esperados por eles irá se basear no nível de preços anteriormente praticado. Todavia para os monetaristas, a existência de uma taxa natural de emprego não é um argumento aceito pelos keynesianos da síntese neoclássica, de tal modo que a depender do uso do tipo de política econômica (monetária e/ou fiscal), esta terá ou não efeito sobre a produção.

A divergência dos keynesianos da síntese neoclássica com relação aos monetaristas é o conceito de taxa natural. De acordo com eles, a taxa não teria um valor fixo e não seria definida por fatores intrínsecos ao sistema econômico. Em outras palavras, não existiria uma taxa única e exclusiva a qual pudesse ser determinada em qualquer horizonte de tempo através de variáveis que fossem indispensáveis para sua composição. Os keynesianos da Síntese neoclássica acreditavam que a taxa de desemprego e de produto tivesse um valor preciso para um dado período de tempo, mas ela não se sustentaria em períodos posteriores, pois o contexto econômico de uma economia poderia estar diferente.

As taxas de desemprego europeias, por exemplo, registraram aumentos entre os anos 1960 e 1994 (chegando a serem bastante expressivas entre os períodos de 1980 e 1994)². Essas variações no nível de desemprego, bem como a situação econômica que poderia ser piorada em cada período de tempo, fizeram com que os keynesianos da Síntese neoclássica pensassem que uma taxa de desemprego de um determinado período fosse influenciada por taxas de desemprego de períodos antecessores à ela (ao invés de serem determinadas por fatores essenciais à sua

² * Conforme descrição de André de Melo Modenesi (2005).

definição, como proposto pelos monetaristas e clássicos). Essa Histerese (processo de definição de uma variável com base no seu valor passado) foi um fator determinante para a rejeição dos Keynesianos da síntese neoclássica ao conceito de taxa natural.

Pode-se perceber pelas análises acima feitas, que a expectativa dos agentes em uma economia quanto ao nível esperado de preços são fundamentais para a determinação do nível de atividade econômica. Qualquer política adotada para modificar a estrutura de uma economia irá, em um certo período de tempo, modificar o pensamento desses agentes. Keynesianos da Síntese neoclássica e monetaristas são equivalentes quanto ao modo de pensar sobre esses agentes, apesar de suas diretrizes teóricas quanto ao intervencionismo do estado em uma economia serem diferentes.

4. Novos Clássicos e a revolução das expectativas racionais

Os pensadores novo-clássicos divergem das hipóteses de Keynesianas e Monetaristas com relação às expectativas dos agentes econômicos e a eficácia das políticas econômicas em uma economia. As determinações do produto e do emprego de equilíbrio levam em consideração a hipótese do agente racional. Segundo Sargent e Wallace (1981), as políticas fiscal e monetária não afetariam o produto e o emprego de equilíbrio tanto no curto quanto no longo prazo, pois os agentes seriam racionais o suficiente para restaurar essas variáveis caso alguma instabilidade fosse detectada previamente. À essa caracterização dos agentes dada pelos novos clássicos está o conceito de expectativas racionais.

De acordo com a teoria das expectativas racionais, os agentes econômicos se utilizam de todas as informações disponíveis em uma economia para a determinação de uma variável que estes estão a fim de prever. Segundo Muth (1961), criador deste conceito, os agentes conhecem as relações das variáveis determinantes com a variável a ser determinada. Se houver algum indício de que alguma política econômica possa afetar a variável em questão, os agentes levarão este fator em consideração para sua previsão.

Suponha que o formulador de políticas econômicas resolva combater o aumento do desemprego através de um aumento no estoque de moeda, ou seja, de uma política monetária expansionista. Conforme visto no capítulo anterior, esta medida implicaria em um aumento na demanda agregada que, conseqüentemente, provocaria uma elevação no nível de preços vigente. Caso os ofertantes de mão de obra se baseassem no nível de preços do passado (como indicado pelos monetaristas e keynesianos da Síntese neoclássica) e se este nível fosse praticamente constante, a oferta de mão de obra tenderia a se deslocar para a direita dado qualquer aumento no salário monetário, mesmo que este lhes proporcionassem menor poder de compra, ou seja, um salário real menor. Com o aumento no nível de preços, as firmas estimulariam a produção mediante contratação de mais trabalhadores. Por fim, novos níveis de produto e emprego seriam atingidos. Porém, este fato se confirmaria apenas no curto prazo. No longo prazo, os trabalhadores se conscientizariam do nível de preços corrente e restaurariam os níveis de produto e emprego de equilíbrio na economia.

Com a suposição novo clássica de que os agentes seriam racionais, a condição acima não seria concretizada. Para os novos clássicos, os trabalhadores iriam estimar o seu nível de preços esperado através de variáveis que fossem relevantes para a definição do mesmo, como oferta de moeda esperada, os gastos esperados, os impostos esperados, os investimentos autônomos esperados, dentre outras variáveis. Portanto, se o formulador de políticas anuncia aos demais agentes econômicos que a oferta de moeda irá aumentar, os trabalhadores irão prever que o seu nível esperado de preços irá aumentar como decorrência desse fato. Assim, a sua oferta de trabalho irá diminuir, pois os trabalhadores exigirão salários monetários que lhes garantam o mesmo poder de compra antes da alteração da oferta de moeda. Com um nível de preços mais alto, as firmas aumentarão a sua demanda por trabalho. Esses deslocamentos dos agentes por causa do aumento do nível de preços só serão cessados quando os níveis de produto e emprego de equilíbrio voltarem a seus níveis iniciais.

Pelo exposto acima, pode-se perceber que os agentes tendem a manter fixos os níveis de produto e emprego no curto e no longo prazo. Esta constatação difere daquela feita pelos monetaristas e keynesianos da Síntese neoclássica, a qual afirmava que haveria um aumento no emprego e no produto no curto prazo, os quais retornariam à seus níveis iniciais apenas no longo prazo.

Caso o aumento na demanda agregada fosse imprevisto, ou seja, passasse despercebido pelos agentes econômicos, os efeitos sobre o nível de produto e emprego seriam diferentes. Uma surpresa monetária (um aumento repentino no estoque de moeda, por exemplo) na economia poderia fazer com que os trabalhadores, sob o ponto de vista de que estes são racionais, não reconhecessem o atual nível de preços. O nível de estoque de moeda esperado pelos ofertantes de mão de obra não teria mudado, o que provocaria um nível de preços esperados diferente do nível de preços correntes, devido a expansão surpresa no estoque de moeda. Com isso, os níveis de produto e emprego aumentariam no curto prazo, mas não se sustentariam no longo prazo, uma vez que os trabalhadores perceberiam as alterações no estoque de moeda, e assim, chegariam ao nível de preços correntes. A análise novo clássica, para alterações imprevistas na demanda agregada, se aproximaria assim das análises keynesianas e monetaristas. Neste ponto, as três correntes de pensamento macroeconômico se assemelham. Todavia, segundo

Lucas e Sargent (1978), a explicação dos Keynesianos da Síntese neoclássica sobre o modo de agir dos agentes é incorreta e de nenhum valor. O agente keynesiano diverge do agente racional tendo em vista o comportamento otimizador do indivíduo racional.

As previsões dos agentes econômicos à cerca de um comportamento de determinada variável em uma economia, não dependem das influências de políticas monetárias e ou fiscais para que elas sejam realizadas. Em outras palavras, os próprios agentes econômicos são auto-reguladores da atividade econômica, pois qualquer mudança que venha à ocorrer na demanda agregada os agentes irão perceber esta variação e irão tomar as medidas necessárias para que os níveis de produto e emprego de equilíbrio voltem sempre à seus níveis originais. Se a alteração na demanda agregada for imprevista, os agentes não terão como estabilizar a economia no curto prazo, porém o farão no longo prazo.

Para os economistas novos clássicos, as políticas monetária e fiscal não são necessárias em uma economia. Eles defendem o livre comércio assim como os monetaristas, porém eram mais radicais do que estes. Os monetaristas defendiam regras de taxa de crescimento da moeda para que os agentes econômicos não cometessem erros em relação ao comportamento do nível de preços corrente (por exemplo), dado que estes se baseavam em níveis de preços passados. Estas regras propostas pelos monetaristas visavam a um manutenção do nível de atividade econômica. Assim, com a economia operando em um nível constante, o nível de preços esperados pelos trabalhadores seria sempre igual ao nível de preços correntes, tanto no curto quanto no longo prazo. Os pensadores novos clássicos aceitavam estas regras, uma vez que elas poderiam ser adotadas para prevenir os agentes com relação à choques monetários imprevistos, mas não que estas regras fossem necessárias para a regulação da economia.

Dado o contexto acima, pode-se notar que os economistas novos clássicos se aproximam muito dos pensadores clássicos no que concerne à capacidade dos agentes em definir o nível de atividade econômica. A diferença entre eles, porém, está na otimização dos agentes em relação à determinação do Produto e do emprego de equilíbrio. Os Clássicos acreditavam que todos os agentes de uma economia possuíam informações perfeitas à cerca do comportamento de qualquer

variável econômica, não havendo, portanto, imprevistos que pudessem comprometer os agentes na determinação do nível de atividade econômica. Os Novos Clássicos, por sua vez, acreditavam que os agentes eram racionais e que poderiam também levar à determinação do nível de produto e emprego de equilíbrio, porém haveria alguns imprevistos na economia que pudessem acarretar em desvios no emprego e no produto no curto prazo. Os economistas Novos Clássicos acreditavam que a adesão da teoria das expectativas racionais ao modelo clássico, poderia corrigir os erros cometidos pelos pensadores clássicos com relação ao comportamento dos agentes e, assim, poderia vir a se obter modelos macroeconômicos mais úteis.

A linha de Pensamento Novo clássica mudou a maneira como se via os agentes econômicos em uma economia. Trabalhadores, empresários e indivíduos em geral seriam capazes de determinar a atividade econômica de um país através de suas expectativas racionais quanto as variáveis que fossem influentes naquele país. Qualquer imprevisto que acontecesse na economia, os próprios agentes seriam capazes de realocá-la à seu nível original no longo prazo, não necessitando assim de políticas que lhes ajudassem para o cumprimento desta tarefa.

5. Conclusão

Conforme o exposto por este trabalho, pôde-se perceber as diferenças existentes entre as doutrinas de pensamento macroeconômico com relação às expectativas dos agentes econômicos e o modo de pensar dessas doutrinas sobre o processo gerador de expectativa de tais agentes.

Os diferentes modos de pensamento à cerca destes agentes estabelecem graus de racionalidade dos mesmos com as variáveis reais e nominais presentes em uma economia. Clássicos e novos clássicos acreditavam que os agentes econômicos eram otimizadores do nível de atividade econômica. Os agentes por si só chegariam aos níveis de produto e emprego de equilíbrio, não necessitando de políticas econômicas que pudessem auxiliá-los na condição de pleno emprego. Tais resultados são contrárias as de Keynesianos da Síntese neoclássica e monetaristas, os quais acreditavam que os agentes econômicos seriam influenciados pelo nível de preços passados, e assim determinariam o nível de preços esperados. Estes poderiam estar de acordo ou não com o nível de preços correntes (efetivamente praticados). Caso não estivessem, os agentes econômicos levariam um certo tempo para perceberem que o nível de preços havia mudado.

Considero que os pensadores novos clássicos aproximam-se mais da realidade de uma economia. Os agentes econômicos são capazes de reunir informações que são relevantes para a determinação de alguma variável que eles estejam a fim de conhecer. Apesar de acreditar que as políticas fiscais e monetárias não sejam necessárias, elas deveriam atuar para que imprevisibilidades que pudessem ameaçar as expectativas dos agentes fossem eliminadas.

Referências

FISHER, Irving. **“The Purchasing Power of Money”**, Nova Iorque, Macmillan, 1992.

FRIEDMAN, Milton. **“The Role of Monetary Policy”**, American Economic Review, 58, março de 1968, p. 16.

LUCAS, Robert & SARGENT, Thomas. **“After Keynesian Macroeconomics”**, in After the Philips Curve: Persistence of High Inflation and High Unemployment, Boston, Federal Reserve Bank of Boston, 1978.

MILL, J.S. **“On the Influence of Consumption on Production”**, em Essays on Economics and Society, v. IV de Collected Works (Toronto, University of Toronto Press, 1967), p. 263.

MODENESI, André de Melo. **“Regimes Monetários”**, Manole, 2005.

MUTH, John. **“Rational Expectations and the Theory of Price Movements”**, Econometrica, 29, julho de 1961, p. 316.

PHELPS, Edmund, org., **“Employment and Inflation Theory”**. Nova Iorque, Norton, 1970.

SARGENT, Thomas & WALLACE, Neil. **“Some Unpleasant Monetarist Arithmetic”**, Federal Reserve Bank of Minneapolis Review, outono de 1981.